

## ASCENSÃO SOCIAL DA MULHER JACOBINENSE: DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU A EMPREENDEDORAS

Jaqueline Valois Rios Sena; Marleide Alves de Oliveira Medeiros; Agnete Troelsen Pereira Nascimento.

*Universidade do Estado da Bahia (UNEB DCH IV) jackvalois@yahoo.com.br;  
marleimedeiros@yahoo.com.br; agnetetroelsen@hotmail.com*

### RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em 2012 sobre o empreendedorismo feminino de um grupo de lavradoras da comunidade do Cocho de Dentro, situada na cidade de Jacobina – Bahia. O estudo investigativo, pautado na história oral de vida, constatou que estas mulheres, mesmo desprovidas de escolarização, conseguiram, em parceria com a Associação de Moradores, desenvolver e implantar um empreendimento social: a Unidade de Beneficiamento de Coco Babaçu. Constatou, também, que o baixo grau de escolaridade destas senhoras é um dos fatores que não lhes permite se reconhecerem como representantes femininas empoderadas, embora produzam e gerenciem os próprios rendimentos financeiros, tampouco demonstrarem consciência das desigualdades de gênero presentes em seu universo de trabalho, isto é, a condição de subalternidade em que ainda vivem.

Palavras-chave: Ascensão Social, Empreendedorismo, Empoderamento feminino, Quebradeiras de coco.

### INTRODUÇÃO

A busca feminina pela equidade entre os gêneros tem sido fonte dos mais variados debates e objeto de estudo de diversificadas pesquisas no âmbito acadêmico. Prova disso, é a ampla literatura que já foi, e continua sendo, publicada sobre a condição da mulher nas distintas sociedades, cujos resultados apontam o quão distante ainda está a efetivação da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nestes estudos é apontada a violência doméstica, onde mulheres de um modo geral são submetidas à extrema pobreza, a falta de acessibilidade às instituições de ensino e ao mercado de trabalho formal, como alguns dos principais obstáculos a serem transpostos para que haja o empoderamento feminino e a conseguinte mudança da condição de subalternidade em que vive a maioria das mulheres. Cabe lembrar, entretanto, que estas publicações científicas também sinalizam alguns avanços ocorridos nesta longa trajetória de embates pelo reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e políticos da figura feminina.

Um desses avanços corresponde à crescente inserção da mulher nos espaços públicos, iniciada no final do século XIX. Nesse período, segundo Ferreira (1996, p.157) foi concedida às mulheres “a

possibilidade de trabalhar e de se instruir”, visto que o trabalho e o estudo eram compreendidos como exigências da vida moderna, contudo, esta possibilidade era restrita ao aprimoramento das “funções de dona de casa e mãe”. Todavia, com o transcorrer dos anos, as representantes do sexo feminino construíram novos papéis sociais, rompendo com os obsoletos paradigmas e discursos masculinos, os quais insistiam — alguns ainda insistem — em afirmar que a “fragilidade natural” atrelada ao “potencial reprodutivo” é fator determinante para o estabelecimento do *lugar da mulher* e “suas funções na sociedade (a maternidade, o cuidado do lar e das crianças), de sua inteligência inferior à do homem e sua subordinação ao mesmo” (FERREIRA, 1996, p.p.154 -155).

A construção desses novos papéis tem refletido significativamente em muitas sociedades, as quais questionam e desestruturam estes discursos sexistas, haja vista o reconhecimento de que não existe um “lugar da mulher”, mas sim, diversificadas funções desempenhadas por ela, além dos múltiplos espaços, nas variadas esferas públicas, que têm sido preenchidos por representantes do sexo feminino, sobretudo, no universo do trabalho. Fato este que vem impactando de forma positiva a vida das mulheres, a exemplo da redução do número de filhos, o aumento da expectativa e qualidade de vida, assim como maior acesso às instituições de ensino, pois em consonância com as afirmações de Gomes (2005):

O crescimento consistente da presença das mulheres na esfera econômica demonstra um movimento diverso daquele tradicionalmente verificado na sociedade até agora [...] Trata-se de uma mudança social de grandes proporções, pois envolve transformações na expectativa de vida pessoal, nas relações familiares, nas demandas por serviços públicos [...] o ingresso no mercado de trabalho não se dá apenas na condição de empregada — ela também é empregadora. Com efeito, o desenvolvimento econômico de várias localidades favoreceu-se com a atuação dessas mulheres (GOMES, 2005, p.2).

Esse massivo ingresso de mulheres no mercado de trabalho comprova-se tanto pelo desempenho delas nas diferentes profissões, quanto pela fundação e administração dos seus próprios estabelecimentos comerciais ou microempresas, isto é, os denominados empreendimentos. Isso também é constatado em relevantes estudos, dentre os quais se destaca o Relatório Executivo do Global Entrepreneurship Monitor<sup>1</sup> (GEM) realizado em mais de oitenta países, inclusive, no Brasil, onde a mais recente edição desta pesquisa (2015) detectou uma expressiva participação

---

<sup>1</sup> O GEM é a principal pesquisa sobre empreendedorismo no mundo. É liderado pela London Business School (Londres) e pela Babson College (Boston). No Brasil, a pesquisa é realizada pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), com o apoio do SEBRAE, desde 2000. Em 2015, no Brasil, a pesquisa foi realizada junto a uma amostra de 2.000 indivíduos que representam a população adulta (entre 18 e 64 anos). Disponível em <<http://www.bibliotecas.sebrae.com.pdf>> Acesso em ag. 2017.

feminina na atividade empreendedora, sobretudo, no período compreendido entre os anos de 2012 a 2015.

Há que se ressaltar, contudo, que galgar considerável espaço no competitivo mercado de trabalho brasileiro, principalmente, como empreendedoras autônomas, não assegurou às mulheres, até este momento, a almejada equidade de gêneros. A comprovação incontestável disso é que os representantes do sexo masculino continuam – segundo dados divulgados pelo GEM (2015) e analisados pelo SEBRAE (2016) – recebendo salários mais elevados e gerenciando os empreendimentos considerados bem-sucedidos.

Para ilustrar parte dessa realidade, na tabela abaixo foram elencados alguns dados relevantes ao entendimento das diferenças estabelecidas como perfis identitários de homens e mulheres atuantes no empreendedorismo do país.

GÊNERO	ESCOLARIDADE 1º GRAU INCOMPLETO	ESTADO CIVIL		ETNIA PARDA/ PRETO	RENDA ATÉ 03 SALÁRIOS MÍNIMOS
		CASADO (A)	UNIÃO ESTÁVEL		
MASCULINO	32%	44%	15%	59%	49%
FEMININO	29%	39%	20%	62%	69%

Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) 2016.

Os dados, ora descritos, comprovam que as mulheres – mesmo com maior nível de escolaridade – continuam recebendo salários menores ou obtendo rendas mais baixas (cerca de 20% a menos) em comparação aos homens, embora elas exerçam funções iguais. Esses dados comprovam também a manutenção da disparidade social e econômica existente entre os gêneros.

Outro fator que denota as disparidades de gênero no âmbito da ação empreendedora no Brasil<sup>2</sup>, refere-se aos tipos de empreendimentos geridos por mulheres, estes, em sua maioria, continuam direcionados à prestação de serviços considerados como próprios da condição feminina, ou seja: no segmento alimentício (restaurantes e assemelhados) tratamento de beleza (cabelereiras, esteticistas, manicures), serviços domésticos ou no comércio varejista de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal. Ratificando, de certa forma, que essa disparidade socioeconômica ainda é um dos fatores responsáveis pela subalternidade da mulher frente ao homem.

<sup>2</sup> Informações disponíveis em <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_/7216.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_/7216.pdf)>

Diante do exposto, o presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa pautada na análise da ação empreendedora de um grupo de lavradoras residentes no povoado do Cocho de Dentro (Jacobina-Bahia) bem como, dos reflexos dessa ação sobre a formação identitária dessas mulheres, sinalizando quais são as percepções destas senhoras acerca do empoderamento e da condição feminina na referida comunidade.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização desta pesquisa, inicialmente, fez-se uma breve revisão bibliográfica em portais de publicação científica (CAPES e “Google Acadêmico”) com o intuito de levantar a literatura disponível, em Língua Portuguesa, sobre o extrativismo do coco babaçu em solo nacional. Assim, constatou-se que até o ano de 2012 não havia sido publicada investigação acadêmica acerca desta atividade econômica na Bahia.

Acredita-se que a escassez, ou mesmo a inexistência, desse tipo de estudo em território baiano – no período analisado – relaciona-se ao fato de que a maior incidência de babaçuais e a conseguinte expressividade desta prática extrativa ocorrerem noutros Estados do Brasil, a exemplo do Maranhão, Tocantins, Piauí e no Pará. Além disso, estas regiões são marcadas pelo histórico de embates travados entre extrativistas e proprietários rurais pelo livre acesso às áreas de babaçu. E, segundo alguns pesquisadores/as – ALMEIDA (1995), SHIRAIISHI (1999); MESQUITA (2001); ANDRADE (2005); DIAS (2005), RÊGO (2006), BARBOSA (2007), MOURA et al (2010) – destes conflitos surgiram as frentes de mobilização político-social por parte das mulheres inseridas nessa atividade, resultando na fundação de instituições como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e na construção identitária destas trabalhadoras, reconhecidas social e politicamente como *quebradeiras de coco*.

A ausência de trabalhos acadêmicos acerca do extrativismo dos babaçuais na Bahia fez desta ação investigativa um estudo inédito e profícuo, haja vista o desafio de comprovar a existência desta atividade econômica numa comunidade rural de Jacobina (Cocho de Dentro). Assim, adotou-se como percurso metodológico o estudo de caso pautado nas experiências empreendedoras de um grupo de mulheres cuja principal fonte de renda para garantir o autossustento e o sustento familiar, até recentemente, era adquirida através do árduo trabalho de quebrar cocos de babaçu.

A abordagem qualitativa embasada no método do estudo de caso foi determinante para o entendimento de que o extrativismo do coco babaçu realizado no povoado do Cocho de Dentro está situado em dois períodos distintos. No primeiro – realizado até cerca de duas décadas – configura-se

como a principal atividade econômica desenvolvida pelos/as habitantes locais. Essa prática extrativista era efetuada de maneira desordenada, visto que os/as moradores/as mais antigos/as coletavam, semanalmente, os coquilhos de babaçu com o propósito de extrair as amêndoas e comercializá-las para os depósitos de sementes situados no centro da cidade. Estes frutos também eram utilizados na produção de óleo e leite para o autoconsumo.

Faz-se oportuno ressaltar, entretanto, que as famílias mais recentes encontraram outra forma de aproveitamento econômico destes coquilhos e passaram a vendê-los *in natura* para as olarias. Com esta nova prática, os/as extrativistas não precisavam esperar o processo de maturação dos frutos nem extrair as amêndoas, pois os cocos mesmo estando imaturos serviam apenas de combustível para os fornos das empresas de cerâmica. Neste contexto, os babaçuais corriam riscos de extinção, pois a *Orbignya speciosa* (Palmeira de babaçu) leva cerca de doze anos para iniciar o ciclo reprodutivo.

Quanto ao segundo período – iniciado em 2010 – a atividade extrativa dos babaçuais, nesta localidade, tem se transformado a partir da fundação da Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu (UBCB), numa ação economicamente organizada e, sobretudo, mais sustentável. A sustentabilidade desse extrativismo vem sendo promovido pela Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores do Cocho de Dentro (ACMACD) através de parcerias com outras instituições, a exemplo da CAR e “Yamana Gold”, das quais angariou recursos financeiros para a aquisição dos maquinários necessários ao processamento total do coco babaçu, bem como para a compra de um veículo para transportar a matéria-prima e o escoamento das mercadorias produzidas pela população local.

Outro fator determinante neste estudo de caso foi a adoção da história oral de vida como um dos instrumentos norteadores para a construção dos dados, visto que “o diálogo promovido pelo uso de diferentes fontes quase sempre se vale da história oral como forma de complemento de afirmações conseguidas com base em vários recursos” (MEIHY, 1996, p.31). Utilizou-se também, as entrevistas abertas e a observação participante na elaboração dos dados, pois:

[...] na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações (LÜDKE e ANDRÉ, 1986.p.27).

As experiências e anotações oriundas da itinerância em campo – realizada aos domingos à tarde na sede da ACMACD, dia em que ocorre reunião dos membros associados (um encontro mensal) e, algumas vezes, uma espécie de mutirão para realizar a quebra manual do coco babaçu e a

extração das amêndoas, devido à ocorrência de falhas mecânicas da máquina que realiza esse processo – permitiram observar e analisar as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos envolvidos neste processo e, principalmente, conhecer parte das vivências, das concepções de trabalho e gênero que permeiam o cotidiano destas mulheres, pois como enfatiza Montenegro (2001):

A história opera com o que é colocado *para e pela sociedade*, em algum momento, em algum lugar. Desses elementos, o historiador constrói sua narrativa, sua versão, seu mosaico. Este fato evidente se apresenta bastante distinto do que foi vivido; no entanto, ele se ancora nos elementos resgatados da realidade, em outras histórias já produzidas (MONTENEGRO, 2001, p.19).

Sendo assim, a realização das entrevistas abertas e as observações participantes mostraram-se essenciais para a construção do perfil identitário deste grupo de mulheres, pois ao permitir que discorressem sem “a imposição de uma ordem rígida de questões, [...] sobre o tema proposto com base nas informações” que elas detêm (LÜDKE e ANDRÉ 1986.p.33-34), pôde-se comprovar que as depoentes assumem a sua condição de mulher trabalhadora e reconhecem que sua força de trabalho sempre contribuiu para o autossustento e a renda familiar, embora, ainda não expressem, conscientemente, que são representantes femininas empoderadas e atuantes nos espaços públicos.

No tocante à caracterização da referida UCB como ação empreendedora, fez-se necessário compreender, inicialmente, o que os especialistas e estudiosos dessa área pontuam sobre o Empreendedorismo. Alguns autores, como Robert Hirsch e Michael Peters (2004), afirmam que o empreendedorismo é um “processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais, e recebendo as recompensas da satisfação econômica e pessoal” (HIRSCH; PETERS, 2004, p. 29). Outros, a exemplo de José Dornelas (2008, apud DINIZ, 2009.p.02) diz tratar-se do “envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades”, já Marcos Paulo Diniz (2009.p.02), define como “ação de aproveitar oportunidades, inovar, planejar, arriscar, empenhar, ser perseverante, acreditar na ideia e transformar em realidade”. Nesta mesma linha de pensamento, Rivanda Meira Teixeira (et al. 2011.p.05) associa o empreendedorismo à iniciativa, desembaraço, inovação, possibilidades de fazer coisas novas e/ou de maneira diferente, assim como à capacidade de assumir riscos.

Nota-se, diante do exposto, que o empreendedorismo já se consolidou – há alguns anos – como foco de análise de diversificados campos de pesquisa. Todavia, outros centros de interesse vêm sendo agregados a esse objeto de estudo, a exemplo do crescente aumento da participação

feminina no cenário da economia mundial. Essa participação, segundo Natividade (2009, p.232) justifica-se pelo fato das mulheres se destacarem, neste setor, enquanto empreendedoras, ou seja, por colocarem “em prática os seus saberes, na maioria das vezes fruto de uma ação que teve seu alicerce na construção coletiva embasada nos eixos familiar, local e cultural”. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a supracitada UBCB é um exemplo significativo desse tipo de ação.

Durante o desenvolvimento da pesquisa constatou-se que a mulher brasileira – segundo o relatório do GEM (2009) – é historicamente uma das mais empreendedoras, pois além do Brasil, apenas outros dois países indicaram elevadas taxas de empreendedorismo feminino: em Tonga (Oceania) as mulheres comandam 61% das empresas, na Guatemala (América Central) elas gerem 54% dos negócios, já em terras brasileiras, 53% dos empreendimentos estão sob a administração delas. Esses índices demonstram que os empreendimentos femininos são um fenômeno mundial em ascensão, visto que, cada vez mais, as mulheres desempenham importante papel na geração de emprego e de riqueza.

Diante disso, pesquisar sobre o empreendedorismo feminino fez-se – faz-se – pertinente e necessário, tendo em vista sua comprovada relevância econômica, político e cultural na vida das sociedades (GOMES, 2005, p.210). Além de ser inegável o fato de que o cenário econômico vigente, especialmente no Brasil, já não consegue absorver grande parte da mão-de-obra. Desta forma, na incessante procura por seu espaço de trabalho, as mulheres vêm se tornando empreendedoras, a exemplo das mencionadas senhoras residentes no povoado do Cocho de Dentro, as quais recorreram às suas experiências com os coquilhos de babaçu para produzir “coisas novas e/ou de maneira diferente” (TEIXEIRA, 2011.p.05) objetivando garantir ou suprir parte da renda familiar.

## **ALGUMAS COSNTATAÇÕES E RESULTADOS DA PESQUISA**

No transcorrer da itinerância em campo (segundo semestre de 2012), observou-se que poucos homens participam das atividades desenvolvidas na supracitada UBCB, especialmente, na árdua tarefa de quebrar os coquilhos. Segundo relatos feitos pelas entrevistadas, alguns representantes masculinos até colaboram, mas normalmente se encarregam apenas de coletar os frutos do babaçu nas matas e transportá-los para a sede da Associação. No entanto, as mulheres são maioria nesse tipo de trabalho, pois estão diretamente envolvidas nas variadas etapas do beneficiamento do coco babaçu. São elas que, na maioria das vezes, coletam os frutos secos, quebram e retiram as amêndoas dos coquilhos quando as máquinas não funcionam, além de possuírem os conhecimentos básicos

para a extração do leite e do óleo deste fruto para fabricar os produtos cosméticos e comestíveis da linha artesanal intitulada *Bahia Babaçu*.

O estudo pôde comprovar, ainda, a ação empreendedora dessas mulheres através do beneficiamento dos coquilhos de babaçu. Antes, elas utilizavam esse fruto na produção de alimentos (leite e óleo) para o autoconsumo e na comercialização das amêndoas, única fonte de remuneração que complementava a subsistência familiar. Atualmente, com o funcionamento da UBCB, os cocos estão sendo usados na fabricação artesanal de novos e mais lucrativos produtos, os quais, futuramente, garantirão qualidade de vida tanto para elas quanto para a comunidade local. Comprovou-se também que a Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu pode ser identificada como um empreendimento social, visto que está alicerçado na preservação da cultura local, isto é, no extrativismo dos babaçuais, bem como na introdução de novas práticas de inserção social, pois ao potencializar o valor comercial dos coquilhos através da fabricação de subprodutos (comestíveis, cosméticos e de bijoias) a UBCB promoverá na comunidade a autogeração de emprego e renda.

É preciso salientar, no entanto, que a UBCB ainda não atingiu sua principal meta: a geração de emprego e renda, mas vem promovendo, dentre outras ações, a capacitação técnica de alguns membros da ACMACD, sobretudo das mulheres para que possam utilizar o referido maquinário, aumentando, desta forma, a produtividade do óleo babaçu e diversificar sua respectiva aplicação no fabrico de subprodutos. Contudo, deve-se enfatizar que a extração manual das amêndoas ainda é recorrente, visto que, às vezes, a máquina desintegradora – responsável pela trituração do coco e a separação das amêndoas – para de funcionar. Quando isso ocorre algumas senhoras, participantes da Associação, se reúnem aos domingos e/ou feriados, à tarde, na sede da citada instituição para realizar esse trabalho. Sendo assim, pode-se afirmar que a UBCB representa para o referido povoado, o que Costa (2000) denomina de empoderamento, ou seja:

[...] o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (COSTA, 2000, p.7).

Nessa perspectiva, nota-se que há uma representação em particular do empoderamento das mulheres inseridas na Associação local e que lideram as atividades desenvolvidas pela mencionada UBCB. Estas, por sua vez, se tornaram “empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais” (COSTA, 2000), pois ao engajarem-se na respectiva Associação Comunitária e participarem ativamente da citada UBCB, essas senhoras adquiriram visibilidade diante do povoado, isto é, não estão mais restritas ao âmbito privado – em seus lares efetuando os

afazeres meramente domésticos – mas atuando, sobretudo, na esfera pública. Algumas delas compõem o corpo administrativo (secretária, tesoureira) da ACMACD e mensalmente se reúnem com outros membros associados, sendo a maioria mulheres, para discutirem, dentre outros temas, as decisões que precisam ser tomadas em relação ao empreendimento fundado, ou seja, para que a Unidade de Beneficiamento do Coco Babaçu possa gerar trabalho e renda.

É imprescindível enfatizar que a visibilidade destas senhoras está associada, também, à inserção delas no mundo do trabalho, mesmo que no mercado informal – segundo (SORJ, 2004) no setor informal encontravam-se 57% das mulheres, as quais trabalham como autônomas ou assalariadas sem vínculo empregatício, não contribuem com a Previdência Social – onde realizam serviços autônomos (feirantes, lavradoras ou diaristas). Elas circulam pelos espaços públicos adquirindo maior acesso aos meios de comunicação e aos serviços básicos de assistência à saúde e educação. Fatos estes que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e, de certa forma, para a ascensão social destas trabalhadoras.

## **TECENDO CONSIDERAÇÕES A GUISA DE CONCLUSÃO**

No Estado da Bahia o extrativismo do coco babaçu é considerado uma atividade esporádica e, por este motivo, não dispõe da representatividade econômica, política e social que ocorre nas demais regiões do país. Mesmo assim, nesta pesquisa comprovou-se que esta prática extrativa fez, e continua fazendo, parte da história de vida de muitos habitantes da comunidade do Cocho de Dentro. Cabe salientar, no entanto, que essa atividade extrativista, embora continue sendo realizada, não representa mais o principal meio de subsistência para a maioria das pessoas residentes neste povoado. Constatou-se, também, que a mencionada UBCB se configura como um empreendimento social, pois tem na comunidade o seu principal eixo de atuação (PESSOA, 2005), na qual pode gerar transformações sociais com a utilização de poucos recursos financeiros e com a ação solidária dos membros locais (DEES, 1998).

Devido a UBCB ser um empreendimento recente, os dados construídos forneceram, apenas, uma visão parcial acerca de seu impacto na localidade estudada. Contudo, estes dados evidenciaram que a Unidade de Beneficiamento vem alcançando uma relevante meta, ou seja, a ampliação do potencial econômico do coco babaçu, promovida pela utilização de maquinários, a exemplo da extração de óleo, produção de ração para animais de pequeno porte, adubo e carvão. Além da fabricação artesanal de subprodutos cosméticos (sabonetes em barra e hidratantes corporais), alimentícios (azeite) e acessórios de beleza (biojoias) da citada marca “Bahia, babaçu”.

Os referidos dados também sinalizaram que esse empreendimento desponta como um relevante canal para a inserção das trabalhadoras, elencadas neste estudo, nos âmbitos públicos onde têm adquirido maior visibilidade e relativa ascensão social, haja vista se tornarem mulheres empreendedoras e empoderadas, embora não expressem consciência desse fato. Sinalizaram, ainda, que o baixo grau de escolaridade destas senhoras não lhes permite reconhecer as mudanças ocorridas na sua condição de mulher trabalhadora, pois mesmo inseridas noutros espaços onde contribuem para a tomada de decisões nunca antes destinadas à figura feminina, continuam se identificando em seus discursos apenas como lavradoras. Identidade esta que reflete a forte ligação com o espaço privado do lar, pois o extrativismo do coco babaçu e o labor na roça (plantação de hortaliças orgânicas) são considerados como atividades reprodutivas, ou seja, como extensão dos serviços domésticos, os quais são comumente realizados por mulheres e desprovidos de vínculos empregatícios, por isso não são reconhecidos como trabalho/profissão.

É válido salientar que cada entrevistada listada nesta pesquisa expressa em suas narrativas “a visão de mundo [...] em razão de sua experiência de vida, sua formação, seu meio” (PINSKY, 2006), ou seja, retrata a ideologia propugnada pela família, “cultura, crença e tradição” na qual foi educada, com grau de escolaridade baixo e com leituras vivenciais acerca da sua condição de mulher. Portanto, é compreensível que elas ainda aceitem como sendo da “natureza feminina” a divisão sexual pelo trabalho, cabendo à mulher as tarefas do lar, dos filhos e o cuidado pelos familiares e esposo.

Diante do exposto, acredita-se que se estas senhoras forem inseridas em espaços de educação/ensino, sejam estes formais ou não formais, certamente desenvolverão conhecimento para perceberem que a sua condição feminina extrapola os estereótipos de esposa e mãe e, sobretudo, se reconhecerem noutros papéis sociais, consolidando a ascensão social que começam a galgar.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Alice Alcântara: **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. Setembro. 2005.

DEES, J. Gregory, Tipos de Empreendedorismo. **Revista Eletrônica do Executivo Moderno**. Disponível em:<<http://www.executivosenegocios.com.br>> Acesso em 07 de abr. de 2012.

DINIZ, Marcos Paulo. **Empreendedorismo, uma nova visão: enfoque no perfil empreendedor**. [online] Disponível em:<<http://www.biblioteca.sebrae.com.br.doc>>. Acesso em 18 de maio de 2012.

FERREIRA, Verônica C. Entre Emancipadas e Quimeras - Imagens do Feminismo no Brasil. **Cadernos AEL**, N. 3/4, 1995/1996.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, **Empoderamento das mulheres**. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005. [online] Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br.pdf>>. Acesso em: 11 de junho. 2012.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR RELATÓRIO EXECUTIVO: Empreendedorismo no Brasil - 2015. Disponível em <<http://www.bibliotecas.sebrae.com.br.pdf>>. Acesso em: 12 de jul. 2017

GOMES, Almiralva Ferraz: O outro no trabalho: mulher e gestão. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-9, julho/setembro 2005.

HISRICH, Robert D. PETERS, Michael, P. **Empreendedorismo**. 5 ed. São Paulo: Bookman, 2004.

LOURO, Guacira Lopes: **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MACHADO, Joana Paula et al. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba : IBQP, 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>> Acesso em 03 de abr. de 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral** – 3 ed. Edições Loyola. 2000 – São Paulo, Brasil, 1996.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória**: a cultura popular revisitada – 3 ed. São Paulo: contexto, 2001.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro, vol.43, n.1, pp. 231-256, jan./fev. 2009. Disponível em:< <http://dx.doi.org/10>> Acesso em: 12 de abr.de 2012.

PESSOA, Eliana, **Tipos de empreendedorismo**: semelhanças e diferenças. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>> Acesso em 07 de abr. de 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SORJ, B. (2004). **Trabalho e responsabilidades familiares**: Um estudo sobre o Brasil. Rio de Janeiro: OIT.

TEIXEIRA, Rivanda Meira. Empreendedorismo jovem e a influência da família: a história de vida de uma empreendedora de sucesso. **REGE**, São Paulo – SP, Brasil, v. 18, n. 1, p. 3-18, jan./mar. 2011.